

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-6-2024.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Karen Santos, Moisés Maluco do Bem e Roberto Robaina. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Professor Vitorino. Após, Mauro Pinheiro, presidindo, informou que seria realizada a eleição para o cargo de Presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, mencionando que a única candidatura era a de Adeli Sell. Em seguida, Adeli Sell foi eleito em votação simbólica. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e cinco minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tiago Albrecht, Comandante Nádia, Pedro Ruas, Jonas Reis, Biga Pereira, Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Mari Pimentel e Professor Vitorino. Na oportunidade, por solicitação de Mauro Pinheiro, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Vera Regina Soares. Às quinze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Tiago Albrecht, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 118/20 (Processo nº 0298/20). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Tiago Albrecht, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0661/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 026/21 (Processo nº 0098/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 073/24 (Processo nº 0395/24), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Adeli Sell, Comandante Nádia, Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Mauro Pinheiro e Claudio Janta. Foi apregoado o Processo SEI nº 210.00251/2024-21, por meio do qual informa a Justificativa de Falta de Jonas Reis no dia vinte e sete de maio do corrente ano, às quatorze horas, devido à sua participação em Reunião sobre o sistema de prevenção contra enchentes de Porto Alegre, realizada no Ministério Público de Contas em Porto Alegre – RS. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada

por Cláudia Araújo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos e todas. O Ver. Professor Vitorino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Boa tarde a todos que nos assistem aqui pela TVCâmara. Eu queria fazer uma reflexão. Nós temos 10 vereadores aqui do campo político do governo federal, pelos quais eu tenho muito respeito, e eu queria convidá-los a fazer uma reflexão aproveitando que amanhã nós vamos ter aqui no Rio Grande do Sul a presença do Presidente Lula, temos aqui também um ministro extraordinário, Paulo Pimenta. Eu tenho, assim como muitos de vocês, trabalhado desde o dia 1º de maio, diretamente, nas periferias, envolvido com a questão da enchente; agora que as águas baixaram e as pessoas estão voltando para casa, a gente tem acompanhado um cenário deprimente, muito triste, vendo que as pessoas perderam tudo. Mas onde eu estou encontrando problema? Vocês lembram que há pouco tempo, em 2020, se não me engano, abril de 2020, o governo federal da época destinou um auxílio emergencial, se não me engano, foram três meses para parte da população brasileira que não tinha condições de trabalhar, na época. O que está acontecendo hoje? Esse auxílio de R\$ 5,1 mil, que já é um valor insuficiente para quem perdeu tudo, eu diria que um valor muito insuficiente, ele é somente destinado aos desabrigados e desalojados. Só que a gente está esquecendo que o motorista de aplicativo, a cabeleireira, a manicure, o empregado doméstico, o microempreendedor individual, todas essas pessoas – afinal de contas, 90% dos municípios do Rio Grande do Sul foram afetados – não tiveram condições de trabalhar por todo esse tempo. Como vocês sabem, principalmente vocês do campo político do governo federal... Aliás, nós temos um Presidente que já foi operário, então ele deveria saber bem disso, que todas essas pessoas, os mais pobres, são os que mais sofrem, e os próximos meses serão de muito sofrimento para aquelas pessoas que não têm direito a esses R\$ 5,1 mil. Todos os afetados indiretamente pela cheia não têm direito a nada. E como a gente vai recuperar o Estado com um auxílio dessa magnitude? Então eu quero, eu peço, eu imploro a todos os vereadores da esquerda que estão aqui presentes, que vão encontrar amanhã o Presidente e o ministro, que conversem com eles para colocar esse auxílio para toda a população do Rio Grande do Sul, porque não é admissível que o Estado esteja nessa penúria que a gente está passando e não venha nada do governo federal. Eu acabo de receber uma correspondência dos conselheiros do Orçamento Participativo lá da região sul de Porto Alegre e dos moradores do Campo Novo, que moram lá à margem do arroio Capivara, ou seja do Cedro, ou do arroio Cavalhada, essas pessoas não estão no mapa de calor lá em que está sendo avaliado os R\$

5,1 mil, mas elas perderam muita coisa agora, na quinta-feira passada. Nada disso estaria acontecendo se esse auxílio fosse para todas as famílias gaúchas.

Então, ministro Paulo Pimenta, há tempo de rever isso. É preciso um auxílio emergencial para todas as famílias gaúchas afetadas diretamente ou indiretamente pelas cheias. Não é possível que um governo que auxiliou outros países que estavam em situações críticas, como a Venezuela, Cuba, outros países, esqueçam do Rio Grande do Sul, que é um Estado da Federação. Portanto, eu peço a todos vocês, agora é a hora de exercer o seu poder político, os deputados, os senadores, as pessoas que têm acesso ao Presidente e aos ministros, que levem essa reivindicação do Rio Grande do Sul, afinal de contas isso é um faz de conta, ou realmente o Presidente está preocupado com o Rio Grande do Sul? Amanhã ele virá pela quarta vez aqui, mas para quê? É para anunciar que vai dar os R\$ 5,1 mil para todos os gaúchos? Espero que seja isso, porque, se não for isso, eu estou vendo muito discurso e pouca prática. Se a gente for analisar o que estávamos debatendo ontem aqui, essa moradia solidária de mil e tantos reais, R\$ 400 quem está bancando é o Estado do Rio Grande do Sul, o restante é a Prefeitura. O governo federal nem R\$ 0,01?! Mas, afinal de contas, esse é um governo popular! Eu tenho muito respeito por este Presidente, pela história dele, mas espero que ele não esqueça da trajetória que ele teve até aqui e abandone os gaúchos agora. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registro a presença do Ver. Conselheiro Marcelo. Convido os Srs. Líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.) Retomamos a sessão. Conforme acordado aqui com os líderes, vamos fazer a eleição para o presidente da [Escola do Legislativo Julieta Battistioli](#). Segundo os próprios vereadores, já tem um acordo anterior. Ver. Adeli Sell, conforme reunião dos líderes, o senhor é o candidato acordado para ser o presidente da Escola do Legislativo.

Vereador Adeli Sell (PT): Eu já fui presidente uma vez, se for decidido agora, porque nós já estamos quase na metade do ano, eu aceito e tenho um plano que inclui todos os vereadores da Casa, sem exceção. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pergunto se mais algum vereador deseja se candidatar. (Pausa.)

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Existe um acordo para ser o Ver. Adeli.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a candidatura do Ver. Adeli Sell para presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Declaro eleito o Ver. Adeli Sell para o cargo de presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli. A pedido dos vereadores, estão suspensos os trabalhos para as despedidas e registro fotográfico com o novo presidente da Escola do Legislativo.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h47min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Mauro Pinheiro, senhoras e senhores, vereadores, assistência, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara, subo a essa tribuna no tempo de liderança do NOVO para lançar a campanha: “Lula, devolve o que é nosso”. Não que o Lula tenha roubado, dessa vez, mas como Presidente da República, ele precisa devolver o que é nosso, devolver o dinheiro dos nossos impostos. Eu tenho alguns dados consolidados, tributários, para não parecer que é apenas retórica política. Nós enviamos, por ano, aqui de Porto Alegre – falando em Porto Alegre –, R\$ 30 bilhões; R\$ 30 bilhões são tomados coercitivamente dos nossos bolsos. A palavra imposto, aliás, já denota isso. E recebemos, por transferência direta, apenas R\$ 1,8 bilhão. Basicamente, para cada R\$ 100,00 que cada porto-alegrense manda para Brasília, recebemos de volta, em transferência direta, apenas R\$ 6,00 – de cada R\$ 100,00 apenas R\$ 6,00 voltam em transferência direta; por isso a campanha “Lula, devolve o que é nosso.” Eu falo isso porque existe a falácia: “Ai, mas o NOVO é defensor do estado mínimo, o NOVO quer que o Estado”... Gente, o Estado não produz um prego, o Estado não produz um alfinete; são as pessoas, as empresas que produzem e geram riqueza e renda nesse País. Por isso o que vai para lá é nosso, o que vai para lá é o dinheiro dos nossos impostos. Primeiro, que esse dinheiro já deveria ficar aqui; segundo, que vai a Brasília para que burocratas que nem conhecem a realidade decidirem sobre o que é nosso. Meu filho nasceu no Hospital de Clínicas, eu fui pagar o estacionamento e a tarifa do estacionamento é um Pix para o Tesouro Nacional em Brasília. Nem o estacionamento do Hospital de Clínicas fica para o Clínicas. Se você vai tomar um cafezinho lá dentro, você vai pagar para o Tesouro Nacional. Isso está errado; por isso lançamos a campanha “Lula, devolve o que é nosso.” Não se trata de o Estado se agigantar, trata-se de o Estado definir o que é prioridade ou não para salvar vidas, casas, empregos e renda; é não comprar o arroz “Tia Janja” por milhões e milhões de reais, bilhões até, de países que os ecochatos reclamam do uso de agrodefensivos, que aqui são proibidos. Estão falando que o arroz “Tia Janja” tem veneno, que é um arroz quebrado, de *dumping*, como se diz no comércio. Com esse dinheiro, Lula, ao invés de você trazer o arroz “Tia Janja”, você pode aplicar em Porto Alegre, que já pediu... O secretário Fantinel disse outro dia, na CEFOR, R\$ 600 milhões em recomposição. O Lula até agora mandou R\$ 64 milhões. O Fantinel, secretário da Fazenda disse que só de perdas de arrecadação, em maio, são R\$ 80 milhões. E o recibo chega em junho porque em maio nós estávamos literalmente debaixo d’água, e agora em junho estamos saindo da lama. Por isso, o povo de Porto Alegre, o pagador de impostos de Porto Alegre, todos nós, precisamos embarcar nessa campanha “Lula, devolve o que é nosso”, devolva o nosso

imposto, mande dinheiro na veia para que a Prefeitura, para que as cidades gaúchas, para que esta Casa, que aprovou isenções na segunda-feira, possamos responder a quem merece ser respondido, que é o pagador de impostos, que é aquele que gera renda e riqueza, que é aquele que carrega o piano nas costas. Lula, devolva o que é nosso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente Mauro, colegas vereadores, público que nos assiste. Primeiramente, Lula, devolva o que é nosso. E, na mesma linha de raciocínio do meu colega Tiago Albrecht, do partido NOVO, eu venho aqui dizer que o Rio Grande do Sul – e Porto Alegre não é muito diferente, seria até mais – contribui com tributos federais para o poder central de Brasília... No ano passado contribuiu já com R\$ 57,4 bilhões, todos fruto do trabalho de gaúchos e gaúchas; mas, para a nossa tristeza, a transferência recebida a favor da população do Rio Grande do Sul, no ano de 2023, foi de miseráveis R\$ 13,2 bilhões – engraçado que é o número 13. Neste momento, caro colega Vitorino – que está aqui nos dando o prazer de, esta semana, estar conosco como vereador –, para a nossa tristeza, são 13: o 13 do PT, R\$ 13,2 bilhões de transferência recebida a favor do povo gaúcho. Ou seja, isso não é caridade, isso é o que deve ser devolvido para aqueles que trabalham, que, com o suor da sua testa, com as mãos calejadas, fazem com que o Rio Grande do Sul aporte muito e muito dinheiro em Brasília.

Fora isso, venho aqui cobrar do governo federal. E quero aqui solicitar aos caros vereadores do PT, do PSOL e do PCdoB que nos ajudem na interlocução com o ministro Pimenta para que as 61.290 famílias aptas a receberem o auxílio de R\$ 5,1 mil possam começar a receber. Canoas já está recebendo, São Leopoldo já está recebendo, mas eu não tenho notícia de nenhuma família em Porto Alegre que já tenha recebido R\$ 5,1 mil, porque, outrora, esses mesmos vereadores que apoiam o desgoverno Lula, aqui reclamavam que o prefeito não estava colocando no *site* os nomes das pessoas. Pois bem, 61.290 famílias estão credenciadas. Agora, eu gostaria de saber quais dessas famílias já receberam os R\$ 5,1 mil.

Dito isso, quero também falar na economia do Rio Grande do Sul, a partir do momento em que o governo Lula quer comprar arroz importado. E vamos lá: o Rio Grande do Sul tem arroz de sobra para alimentar o Brasil todo e também vários países. Nós produzimos, por ano, 10 milhões de toneladas de arroz, mas o Lula usa as enchentes como desculpa para castigar os agricultores, mais especificamente os arroteiros, e fazer politicagem barata. Ora, se nós temos arroz de sobra, para que comprar arroz? Qual o objetivo da compra de quase R\$ 7 milhões em 300 mil toneladas de arroz importado para vir para o Brasil, para vir para o Rio Grande do Sul, sendo que esse dinheiro poderia estar sendo colocado aqui, querido Presidente Mauro, em coisas que estão sendo necessárias, como construção de pontes, como reestruturação das estradas, como saneamento básico,

como drenagem, como tantas outras coisas? Nós não vimos ainda o dinheiro chegar. Aliás, o governo federal é pródigo em PowerPoint, é pródigo em colocar números bonitos, que agradam muito, mas, no papel, nada servem. Vamos lá, a Conab – pois é, a Conab – está dizendo que quer comprar essas 300 mil toneladas de arroz, mas a Conab tem como seu presidente o deputado estadual Edegar Pretto, do PT, que quer fazer o quê? Política, um populismo barato. Serão R\$ 7 bilhões em recursos públicos para subsidiar essa compra de arroz importado. E vamos mais: esse arroz importado sem nenhum tributo, sem nenhum imposto, imposto esse que os nossos arroteiros pagam, que nós pagamos. Mas eu sei para que se destina esse arroz, se destina para fazer exatamente uma propaganda, porque o saco de arroz, que será vendido a R\$ 4,00, terá o símbolo do governo federal, lacrando, o que faz melhor o PT, que é tripudiar em cima da tragédia das pessoas, tripudiar em cima de pessoas que precisam – para encerrar, Presidente –, neste momento, de dinheiro. Reconstrução sai caro, Presidente Lula, ministro Pimenta, interventor do Rio Grande do Sul, e, como sai caro, nós precisamos do dinheiro. Além disso, quero aqui lembrar que as escolhas – sempre erradas, no meu entendimento – do governo Lula com essa interferência no mercado do Rio Grande do Sul, traz problemas, traz problemas de preços mais altos, preços mais baixos, traz inflação e traz desemprego. Sempre na contramão da história, PT, Lula e seus puxadinhos querem sempre escolher o caminho de um populismo barato, nojento e que não é sensato neste momento em que o Rio Grande do Sul implora por ajuda, seja federal, seja estadual ou do município em que está acontecendo. Por isso: Lula, devolve o que é nosso. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver.^a Nádia, 75% da produção de arroz do País é do Rio Grande do Sul. Nesse momento o governo federal devia ajudar o Rio Grande do Sul e não causar mais um problema para o estado do Rio Grande do Sul trazendo um produto que vai concorrer com um Estado que já está com dificuldades. Então, mais uma atuação que vai prejudicar a economia do nosso Estado, sem dúvida nenhuma. Parabéns pelo pronunciamento.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores e público que nos dá a honra de acompanhar-nos, pessoalmente e pela TVCâmara. Há muitos anos, e eu já falei nisso aqui, a CNBB lançou uma campanha da maior relevância, há uns 25, 30 anos, que tinha o seguinte slogan: Onde moras? E dizia assim: quem não puder responder a essa pergunta, não tem cidadania plena, quem não pode dizer qual é o seu endereço, não tem cidadania plena. Campanha da CNBB, deve ter uns 28 anos, mais ou menos isso, ou 27. Aquilo sempre me sensibilizou muito, muito. Nós estamos tendo agora aqui, Ver. Robaina, por sua iniciativa, um trabalho importantíssimo de um pessoal que, não tendo onde morar, ocupou um hotel sem qualquer utilidade, absolutamente sem utilidade, contrariando a Constituição Federal que garante a propriedade privada, desde que haja utilidade social. Por outro lado, o que nós vemos agora são dezenas, centenas, milhares de pessoas, na verdade são 48 mil, nesse

momento, no Rio Grande do Sul, em abrigos públicos ou privados, ou seja, sem possibilidade de irem para casa, Ver. Vitorino, a quem eu agradeço a atenção. É muito importante essa questão, porque nós não podemos, em primeiro lugar, esquecer que é dever do Estado, sim, o Estado em sentido amplo, sentido lato, União, estados membros, municípios, resolver a questão da moradia; sim é obrigação do Estado, do poder público. Não é jogar as pessoas como se fossem nada; tem que promover condições de moradia digna. E as pessoas que, minimamente, tinham resolvido essa situação, essa questão, de repente foram jogadas, pela catástrofe climática mal prevista, não elaborada sua defesa, no nada, no vazio; e algumas conseguiram abrigo. E o primeiro pedido que faço, são dois, é que essas pessoas, nos abrigos, não sejam despejadas, Ver. Janta, que é o que mais se comenta, é o maior pânico de quem está nos abrigos, é perder o local único que têm para poder continuar com um teto e com alguma alimentação; e o segundo, a notícia de manhã vinha de que o governo do Estado – eu não tenho documento, então eu passo aqui o que me repassaram, nós saberemos em breve como funciona isso, se está o governo federal no meio, se está o estadual no meio, se estão os municipais no meio, ou se não estão ninguém – está pressionando as pessoas que, não tendo lugar nos abrigos, não tendo mais casa, estão nas estradas. Estão nas BRs, estão nas RSs com barracas, com lonas, com panos, habitando, homens, mulheres, idosos, crianças. Há a informação de que devem deixar livres as rodovias. Isso é um absurdo! É claro que é inaceitável aquela condição de risco, mas só pode tirar dali quem tem para onde levar; não pode simplesmente intimidar: saia já. A pessoa não foi ali porque quer, ninguém está ali porque quer, ninguém está em algum abrigo porque quer. Mas tem que haver projetos, tem que haver trabalho, tem que haver responsabilidade. As pessoas têm direito de morar, têm direito de morar! Eu concluo, Presidente, agradeço até essa prorrogação. Uma frase forte, mas eu uso essa frase, porque acredito nela, eu uso porque vejo que no Brasil, ao longo da sua história, no País, o único programa habitacional que funcionou mesmo, foi a ocupação, mesmo, de verdade. Então eu concluo, Presidente, dizendo o seguinte: quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão e que presencia, nesta tarde, uma vergonha jamais vista na história desta capital. O povo esperando medidas governamentais do prefeito Melo, e ele manda: “Retira todos os projetos que eu não quero perder a votação”. E o povo pode perder tudo, e não ter o auxílio do governo municipal. “Pode esperar”. Não, prefeito, o povo não pode esperar, porque o povo esperou três anos e meio por obras na drenagem e não aconteceu; o povo não pode esperar, porque o povo esperou desde setembro o conserto das comportas que vazaram no primeiro alagamento de 2023, e não pode mais esperar porque está cansado do seu falatório, está cansado de ver o senhor desfilar com jaleco laranja por aí, os seus secretários também, pular e fazer não sei mais o que nos asfaltos

da vida enquanto a drenagem não acontecia. O povo não pode esperar, prefeito, porque é um escândalo uma cidade, com o orçamento que tem, vir aqui vereadores da base do governo pedir auxílio ao governo federal e dizer: “Governo federal, devolva o que é nosso”... Mas está aqui já R\$ 62 bilhões só para os empresários; R\$ 30 bilhões em investimentos, em financiamento, e vem gente ainda e diz assim: “Não tem que importar arroz. O povo que morra de fome...” Mas que absurdo é esse? Para importar azeite de oliva para colocar na saladinha, pode; importar vinho da Europa, pode; queijo fino, presunto Parma, presunto ibérico, pode. Agora, arroz e feijão para o trabalhador não pagar caro no mercado, não pode importar. Essa é a moeda da extrema direita, esse é o troco que ela dá para você que vota na extrema direita. É assim que eles agem. Vocês votaram lá e agora eles vêm aqui defender que não tenha arroz barato! Vai ter arroz barato sim, queiram vocês ou não queiram da base do governo Melo. Vai ter sim incentivo para a pequena empresa, vai ter para a grande também, e vai ter sim os R\$ 5,1 mil que esse governo municipal vergonhoso queria dar só R\$ 1 mil, e nós metemos aqui, graças aos vereadores unidos em prol do bem comum, meteram R\$ 1.677,00 no voto, e o Melo teve que engolir. Por isso que ele tirou agora os outros projetos de tramitação, porque tem medo de perder votação aqui. Já é um governo derrotado porque deixou a cidade alagar. Dezenove casas de bombas colapsaram, porque eles perderam os cinco vereadores do MDB que estavam com o Marchezan na outra vez, que perdeu R\$ 124 milhões que era do PAC para prevenção, dinheiro federal que o PT tinha liberado. Então esses que vêm aqui pedir, podem continuar pedindo, porque o Lula vai continuar trazendo investimentos, e amanhã mesmo vai fazer aqui, só que eu peço que vocês não sejam levianos, olhem as redes do Lula, vai lá e clica no Instagram, no azulzinho, e segue, tu vais ver todos os dias as medidas para este Município.

Quero terminar dizendo que nunca na história deste Município teve um partido, uma coligação que mais fez habitação de interesse social; foram 16 mil entregas em 16 anos do PT. Nós tiramos pessoas das áreas de risco, como era aqui oh – hoje eles falam que a orla é bonita. Foi o PT que fez a retirada dos moradores dali, levou lá para a Zona Sul, em habitação de interesse social, que era no lado da Praiana; foi o PT que tirou o pessoal na beira lá do campus do Cristal, que hoje está lá o BarraShopping, está lá o antigo Big, que agora não sei como é que é o nome do mercado, foi PT que tirou o pessoal das zonas alagáveis e levou para moradia digna. Então vocês não fizeram nada. Faz sete anos que não tem um projeto próprio de habitação de interesse social. Sejam gratos ao PT, ao partido das trabalhadoras e trabalhadores, respeitem a história dos prefeitos Tarso Genro, Raul, Olívio, João Verle, respeitem. Se vocês têm prefeitos que fizeram habitação de interesse social, subam aqui para falar; vamos comparar os números, não tragam palavras ao vento para as redes de vocês, para as bolhas, não tentem encantar a população, porque a população já respondeu uma pesquisa agora, e 70% sabe quem tem a culpa dos alagamentos, e não é só a natureza, não é só a natureza, porque o sistema de prevenção contra cheias não funcionou por falha humana, por negligência. Tem um projeto lá no SEI, de 100 páginas, em que os engenheiros atuais do DMAE apontaram o que tinha que ser feito, e este governo Melo não quis fazer. Então, se tem uma crise na

cidade que envolve esse problema da enchente, tem nome e sobrenome, governo Sebastião Melo, e nós vamos continuar aqui falando a verdade. E hoje, para encerrar, mais uma vergonha: o governo Melo anunciou que ia ter a ação da assistência social no Praia de Belas, o pessoal ficou a manhã inteira, vereadores, na fila, e chegou meio-dia e o pessoal do *shopping* disse assim: “Vão embora! Não veio ninguém da FASC aqui. Não tem ninguém para atender”. Está no WhatsApp, vocês devem ter recebido. Eu estou recebendo reclamação. Então, antes do governo anunciar no rádio, na televisão, que vai fazer uma ação para o pessoal chegar e botar a mão no auxílio estadual de R\$ 2,5 mil, R\$ 5,1 mil federal, auxílio municipal, botem pessoas para trabalhar. Tem mil CCs, mil Cargos de Confiança, e eles não podem ajudar nessa hora? Onde é que está a cecezada? Onde estão? Por favor, tem que ajudar o pessoal que está na crise da enchente ainda; não é porque a água baixou que resolveu. Agora que começa o trabalho duro, agora que tem que aparecer os partidos do Melo! Cadê a turma? Cadê? Tem um que eu vejo que faz videozinho lá no Sarandi, que agora ele está no barco, antes ele pulava no asfalto, agora ele pula no barquinho e diz: “Está derrubando casa, está saindo a água, está voltando a água...” Eu quero saber onde é que está esse cidadão para ajudar na assistência social.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro, colegas vereadoras, vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; nós, aqui na Câmara, estamos discutindo essa situação toda a que o nosso Estado foi submetido. Mas, especialmente sobre Porto Alegre, eu gostaria de trazer aqui alguns fatos e algumas reflexões. Hoje pela manhã, eu recebi uma comunicação de uma moradora, Jonas, lá do Sarandi: há 32 dias a casa dela está embaixo d'água, como outras tantas casas; lá não chegam as bombas, lá não há o esvaziamento, lá foi marcada uma reunião em que o prefeito iria conversar com a população. Não foi, gente! Não foi! Oh, que dó! É isso né, gente, o povo completamente desassistido. Aí nós, e eu peço aqui, Luiz Afonso, por favor, que tu coloques no telão esta foto, que ela não é nenhuma surpresa, suponho eu, para vocês. (Procede à apresentação.) Essa é a Rua Joanita Castro de Freitas, para quem não conhece, ela fica na Vila Farrapos. O bairro Farrapos inteiro encontra-se nesta situação. A Prefeitura orientou os moradores que pudessem voltar para as suas casas que saíssem dos abrigos e fossem fazer a sua limpeza, que colocassem para fora os inservíveis, digamos assim, aí orienta isso, mas, ao mesmo tempo, não organiza uma coleta que dê conta de tirar esses resíduos, e a rua fica assim, intransitável. E eu não estou falando de trânsito de carros; de pessoas. As pessoas não conseguem andar nas ruas da Farrapos, não conseguem mais colocar o pouco que elas tinham para rua. Nós apresentamos uma indicação para que o prefeito contratasse frentes de trabalho, porque iria ajudar efetivamente e porque iria também ajudar as pessoas contratadas a terem algum tipo de renda, mas até agora nada, nada, absolutamente nada. Esses bairros Farrapos, Humaitá, Sarandi – Pablo, querido – não é possível, há 32 dias, esse povo pedindo socorro e ainda

se encontram nessa situação. E aqui a gente vê, segunda-feira, nós aqui estávamos discutindo projetos que chegaram sem o menor diálogo; a líder do governo digamos que, no mínimo, se atrapalhando. Pablo, tu assististe isso, sem nenhum diálogo nem conosco da oposição e tampouco com boa parte da situação. O que resultou? Hoje, o governo retira os projetos de pauta mostrando mais uma vez o desrespeito com esta Casa, projetos importantes que certamente seriam aprovados, óbvio, com muitas emendas, porque é tudo projeto no improviso. E aí eu termino, Presidente, me referindo ao Porto Alegre Forte. Melo chama uma coletiva para apresentar um suposto projeto de Porto Alegre Forte. Gente, o projeto é fraco, não tem nada de forte, o projeto nada mais é que uma plataforma para conectar empresas que queiram construir infraestrutura sem nenhum projeto, a deus-dará, sem critério nenhum. Certamente, orientadas pela Alvarez & Marsal. Certamente. Eu quero terminar dizendo que, nesse dia, o dia que nós reverenciamos o meio ambiente, o Dia do Meio Ambiente internacional, nós aqui, se sérios somos para de verdade representar o povo de Porto Alegre, devíamos usar o nosso tempo, a nossa energia, a nossa capacidade em apresentarmos uma agenda política que dê respostas efetivas à grave crise que nós ultrapassamos e que nós possamos, de verdade, reconstruir o nosso presente e construir uma cidade para o futuro verdadeiramente, com medidas cabíveis. Portanto, termino dizendo: basta de negacionismo, vamos enfrentar todas essas mudanças climáticas com responsabilidade e compromisso. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero solicitar aos colegas vereadores e às pessoas presentes um minuto de silêncio à Dona Vera Regina Soares, sogra do nosso amigo Alexandre. Faleceu essa semana, segunda-feira. Nossos sentimentos, Alexandre.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que acompanha nossa sessão, neste momento nós não precisamos de discurso, nós precisamos de atitudes; neste momento, nós precisamos de atos concretos e verdadeiros. O que se vê é muita promessa, mas de concreto não se vê nada. O governo federal fala que vai fazer. Fazer o quê, cara pálida? Liberaram o FGTS, antecipação do 13º salário, parcelas futuras do seguro-desemprego, antecipação de férias. Liberaram o meu dinheiro, liberaram o dinheiro dos trabalhadores, garantia dos trabalhadores que, no final do ano, vão precisar do seu 13º, que vão precisar das suas férias, que vão precisar do seu FGTS, que vão precisar do seguro-desemprego, porque isso não tem garantia nenhuma que a economia do Rio Grande do Sul irá procriar, quem dera crescer e avançar. Nós precisamos de políticas definidas. Está na mão do governo, há mais de 40 dias, um documento das centrais sindicais que entregamos lá em Brasília,

pedindo que faça um programa, o nome não nos interessa. Se o emprego do bem era do Bolsonaro – Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEM) – faz o emprego do diabo, o emprego do inferno, mas faz o emprego. Nós queremos emprego, garantia de emprego. Nós precisamos de garantia de emprego, nós precisamos que as indústrias, que o comércio e os serviços tenham um aporte do governo federal. Não há demagogia de empréstimo, empréstimo tem que se pagar, empréstimo tem que ser pago, veja a dívida do Rio Grande do Sul, ninguém está dizendo que a dívida do Rio Grande do Sul será por três anos amortizada, não, ela continuará correndo, ela vai lá para o fundo, isso é como o consignado dos trabalhadores: não foram tiradas seis parcelas do consignado do trabalhador, foi jogado para o final. E o governo, quando fala que vai dar empréstimo para as empresas, está jogando para o final. Nós não queremos dinheiro, nós queremos a dignidade de volta, de volta a dignidade. Por que esse governo federal – e a gente cobra para entender aqui – de cada R\$ 100,00 arrecadados de impostos aqui em Porto Alegre, 62% vão para a União? Então eles têm que ter dinheiro para nos dar. Não queremos dinheiro, não queremos. Fica muito mais fácil para a União chegar nas indústrias de eletro pesado e negociar, comprar 40 mil geladeiras, 40 mil fogões, 40 mil guarda-roupas, 40 mil camas, 40 mil colchões e entregar para as pessoas, dar um *voucher*, a pessoa vai na loja aqui do varejo, vai aticar a economia. Por que não fazem isso? Se é para as montadoras, pelo amor de Deus, agora tem um projeto no Congresso Nacional salvando as companhias aéreas que cobram R\$ 3 mil uma passagem de Porto Alegre a Florianópolis. Salvam as companhias aéreas, mas não salvam quem gera emprego, que é o pequeno comerciante. Imaginem uma senhora que tem um instituto de beleza lá no Humaitá, no Navegantes, no Sarandi, lá na Restinga; imaginem o rapaz lá, o senhor que tem um minimercado, que perdeu as geladeiras, perdeu a máquina registradora, perdeu o forno, perdeu a serra do açougue, perdeu o balcão frigorífico, ele precisa começar, porque o produto dele estava financiado em até seis vezes, o produto que ele bota na prateleira – e vai ter que fazer a prateleira de novo... Ele gera quinze, vinte empregos, e tem que pagar o salário do pessoal até na quarta-feira que vem. Cadê o dinheiro para isso? Essa precisa de recurso, essa precisa de dinheiro, esse precisa porque gera emprego. A maioria dos empregos gerados no Brasil vem da pequena e média empresa, eles precisam de recurso, e o governo não libera esse recurso. Presidente, para concluir, queria fazer um alerta aqui ao governo, ao governo que eu elegi, ao governo que eu fiz campanha, ao governo que eu acreditei desde 2017 que daria certo: eu acho que o governo tem que parar, Pablo, Vitorino, de se atrapalhar. O governo disse que o Exército ia fazer a entrega de cestas básicas; pasmem, nós temos 14 postos de entrega de cesta básica em Porto Alegre, dos 14 postos de entrega de cesta básica em Porto Alegre só três – só três – atendem, numa distância considerável, as regiões alagadas. Um é o Marista, lá da Zona Norte, quase em Alvorada, e o outro é a Acompar que atende o Sarandi, e, pasmem, todo o Humaitá e todo bairro Anchieta, Navegantes, toda região é atendida no Floresta, quase aqui no início da Av. Farrapos, quase aqui na Marista Irmão Antônio, e os outros 11 postos de entrega de alimentos, porque as pessoas perderam seus carros, as pessoas não têm como ir buscar cesta básica, cesta de limpeza, ficam longe das áreas atingidas, completamente longe. A

água não chegou nem na vista da pessoa para a pessoa ver que tinha água em Porto Alegre, viu pelo jornal e viu pela internet. O governo tem que ficar atento a isso porque disse que o Exército ia fazer a distribuição e agora as pessoas têm que buscar. Se fosse feita a distribuição, poderia ser até em outro Estado, agora quando a pessoa tem que buscar não podem, das 14, 11 áreas serem fora da acessibilidade das pessoas que estão passando dificuldade, das pessoas que estão precisando de alimentos. E faço um apelo aqui aos colegas vereadores, às ONGs que têm as cozinhas montadas ainda e estão fornecendo as marmitas: comecem a levar as marmitas nas regiões em que as pessoas estão construindo, porque elas não têm nem fogão, quem dera algo para comer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso colega, Presidente da Casa, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Eu estava ouvindo atentamente as manifestações dos colegas vereadores, e me parece que agora caiu a ficha: alguns vereadores que até então estavam em cima do muro passaram a assumir o seu lado, isto é, da extrema direita que apoiou Bolsonaro, que apoiou Leite, que apoiou Sebastião Melo, nosso ex-colega vereador. Por que será que houve essa mudança de priorização do debate político? Foi porque o governo Lula saiu na frente para poder atender os desabrigados do Rio Grande do Sul? Será que foi porque a população começou a falar bem do governo federal, com o auxílio dos R\$ 5,1 mil e os demais auxílios que a população já está acessando, já está na vida, já está recebendo o cidadão, seja ele de Porto Alegre e muitos municípios do Rio Grande do Sul? Se for isso, por que a demora do governo do Estado, do governo municipal em atender com algum auxílio que até então aprovamos aqui na semana passada, mas não consegue a população acessar ainda? A população está indignada com o governo municipal e o governo estadual porque houve uma morosidade, porque não houve um auxílio emergencial que pudesse ser acessado o mais rápido possível, como acontece nesse momento, quando as famílias estão voltando. E é preciso, sim, ser solidário e devolver à população muito dos impostos que nós pagamos, sejam federais, estaduais ou municipais. Por isso a campanha, e creio que não é “devolva o que é nosso”, mas devolva o que é do povo. O governo Leite tem que devolver o que é do povo, a Corsan, a CEEE; o governo Melo, tem que devolver o que é do povo, a Carris, a gestão da saúde pública. O que é do povo, e não simplesmente perceber que tudo o que possa ser auxiliado é para os que mais ganham, os que mais têm. Quem é do interior sabe muito bem que a safra do arroz, da soja, dos produtos, que é a vocação do Rio Grande do Sul, mais de 80% já tinha sido colhido. Claro que muitos plantaram mais tarde e perderam a safra, perderam a colheita, mas não dá para dizer aqui que, para estender um benefício para os mais pobres, o governo não tem que comprar. Tem que comprar, tem que estender a mão, porque quem mata a fome são, sim, os governos com a sua rápida integração e

acesso a benefícios, principalmente no momento de crise, como é agora. Se não fosse a boa vontade do povo brasileiro, que mandou carretas e milhares de carretas para o Rio Grande do Sul para atender os desabrigados... Qual foi a ação concreta do governo municipal aqui em Porto Alegre? Qual foi a ação concreta do governo estadual? Eu vi muito pouco, a não ser o Lula, que veio três vezes ao Estado, mas agora parece que caiu a ficha ao perceberem que os benefícios do governo federal estão sendo elogiados pelo próprio povo. Agora, então, à extrema direita se unifica no discurso, mas não consegue mais operacionalizar porque percebeu que esses governos de direita não atendem o povo mais pobre, o povo mais necessitado. E é por isso que hoje nós percebemos a grande virada em todas as cidades atingidas, a indignação dos que estão na gestão, seja prefeito, governador, ou até os gestores em nível federal, que, por sua vez, ainda vão anunciar medidas novas para poder contemplar as populações menos aquinhoadas, menos assistidas. Não é por acaso que eles estão agora disponibilizando recursos que têm, sim, parceria com os bancos, mas que 40%, se não me engano, do que foi divulgado, dos benefícios buscados, é a fundo perdido, por isso você pede 100, mas paga 60, e os juros serão amortizados por muitos e muitos anos. Então, Ver. Tiago, a campanha é: governo Leite e governo Melo, devolvam o que é do povo! Devolvam o que é do povo, a CEEE, a Corsan e Carris. Devolvam o que é do povo, porque vocês privatizaram, entregaram à iniciativa privada e agora perceberam claramente o quanto era importante o povo ter uma taxa da água e da luz baratas e acessíveis para todos, coisa que, na vida real, não aconteceu, não está acontecendo. E, com os governos de direita, não irá acontecer, esta é a verdade. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Gostaria de aproveitar o tempo de Liderança para reforçar: Porto Alegre, nossa cidade, teve 13 mil abrigados; a realidade da nossa cidade é que os abrigos estão se desmobilizando. Nós estamos tendo clubes que acolheram milhares de pessoas precisando retomar suas atividades normais, Ver.^a Mônica Leal, como a Sogipa, Grêmio Náutico União. Atletas dependem dos clubes para treinar para campeonatos nacionais, internacionais. Nós sabemos que a retomada de uma vida normal para essa parcela da população abrigada é importante, e esta Câmara de Vereadores foi protagonista ao aprovar a Estadia Solidária. Nós construímos, aqui nesta Câmara de Vereadores, uma ampla maioria, e foi votado, apreciado por todos a votação do aluguel solidário. Há uma semana, Ver. Robaina. E, hoje, uma semana depois, nós temos pelo jornal a informação de que pode ser que seja vetado. O cidadão que está no abrigo nos pergunta quando a gente vai lá: “Quando nós poderemos ver um aluguel, um local para ir?” Ninguém quer morar em abrigo para sempre, ninguém quer morar no Porto Seco, as pessoas querem ter dignidade e, por isso, que esta Câmara votou a dignidade na última quarta-feira, mas ainda

não foi sancionado pelo Prefeito. E esta Câmara está estendendo a mão para o governo municipal buscando auxiliar e direcionar nos grandes desafios da cidade, mas Porto Alegre tem pressa. Essa era a frase que nós começamos na gestão, mas parece que não é a frase que vai terminar a gestão. Já se passaram 30 dias do início das enchentes; milhares de pessoas ainda vivem em abrigos, e, até agora, não temos uma lei sancionada, não temos uma declaração do Secretário da Fazenda com relação a quando a população vai ter o recurso para buscar a sua dignidade. E gostaria de reforçar um outro desafio que Porto Alegre tem: mais de 40 escolas estão inativas porque foram impactadas pelas chuvas. E qual vai ser a resposta do governo municipal? Hoje o governo estadual anunciou que R\$ 47 milhões estarão nos cofres das escolas estaduais para a retomada imediata das aulas. E o Município de Porto Alegre, que, da sua rede, tem mais de 40 escolas impactadas, até hoje não anunciou nada, vereador. É triste a gente ver que a demora e a lentidão fazem a população não esquecer, mas fazem, muitas vezes, os políticos esquecerem, porque hoje, nesta Câmara de Vereadores, estou sendo a última vereadora a falar em liderança, e todos que me antecederam falaram do governo federal, falaram do governo estadual, xingaram as polarizações novamente, e ninguém falou o que é importante quando nós vamos, depois, para a nossa agenda na rua: quando o cidadão do abrigo vai ter o aluguel, o dinheiro para pagar o seu aluguel? Quando a escola, as 40 escolas irão retomar as aulas, e como será? Essa é vida do cidadão de Porto Alegre, essa vida que nos fez eleitos vereadores, essa é a vida do prefeito quando foi eleito, e é sobre isso que nós temos que cobrar. Já temos dinheiro chegando pelo governo do Estado, mais de R\$ 2 mil para a população. Por enquanto, nada veio do governo municipal. Eu encerro a minha fala dizendo que a Câmara de Vereadores foi parceira em todas as votações do Executivo, esteve aqui aprovando, esteve estendendo a mão e orientando qual é o futuro da cidade. Nós precisamos que a celeridade e a seriedade no trato com a população sejam princípios desta gestão, o que me parece que não está sendo. Por isso seja eu a última a falar ou seja na próxima sessão a primeira a lembrar dos desafios da cidade, eu reforço: nós somos vereadores de Porto Alegre, não somos deputados federais nem estaduais, por isso nós temos um selo de levantar os desafios da cidade, estender a mão para ela. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Professor Vitorino está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Quando eu ouço algumas falas aqui, eu fico lembrando que, desde o dia 1º de maio, a gente estava lá dentro da Vila dos Sargentos, no Sarandi, no Humaitá, cara, eu fico num misto de tristeza de ver que tem gente que não deve ter ido nas comunidades, não é possível. Cara, a Prefeitura já investiu R\$ 80 milhões só na limpeza da cidade, e dizendo que a Prefeitura não colocou nada? Nos abrigos todos não têm um centavo de dinheiro federal, é tudo sustentado pela Prefeitura. Eu ouvi um vereador falando aqui dos CCs. Cara, os caras trabalharam 24 horas por dia nos abrigos, direto. Eu ouvi um vereador falar do asfalto. Pergunta para o morador lá da Restinga, lá da Vila dos Sargentos, se ele não quer asfalto na rua dele. O

cara está reclamando que tinha muito asfalto! Não é possível isso. Eu hoje fiquei um pouco mais aliviado, estive conversando com o prefeito agora há pouco, a gente está tendo uma conduta colaborativa, a gente tem tido muita ajuda do Exército. Aliás, os moradores da Vila dos Sargentos teriam ficado ilhados por 25 dias se não fosse o Exército, que levava para dentro e tirava as pessoas para trabalhar. Vamos ser justos, não dá para ser injusto nessa hora. A demagogia não pode prevalecer, a gente está enfrentando uma desgraça. Aliás ninguém vivenciou nada parecido com isso. Hoje eu ouvi um áudio de manhã – eu vou colocar aqui para vocês ouvirem – que me deixou um pouco mais tranquilo, porque um político de esquerda, experiente, que já foi prefeito desta cidade, ouçam o que ele falou: “Eu assinei uma carta com outros prefeitos sim, mas evidente que eu sei que nenhum prefeito e nenhum mandato, exclusivamente, pode resolver nesse tempo, tanto problema...” Nenhum prefeito teria condições de enfrentar o que aconteceu em Porto Alegre em um mandato. Isso é um problema, segundo ele, que vem de muito tempo. Eu pergunto: quantos prefeitos dos anteriores testaram as comportas, ou imaginaram que isso viria a acontecer? Eu não ouvi ninguém falando da DCVU, da Secretaria de Obras, que, com agilidade, foram lá fazer aqueles corredores humanitários que salvaram muita gente em Porto Alegre que teriam passado fome, porque não tinha nem o que comprar em Porto Alegre, porque não chegava nada, nem doações chegariam se não fossem os corredores humanitários. Eu não ouço nada disso. O engenheiro Assis, que trabalhava de madrugada, direto; o prefeito, que teve a casa dele alagada, eu não o ouvi falar nenhuma vez sobre isso. Se quiserem saber, eu digo que a minha casa também foi alagada. Eu vou pedir novamente aos vereadores, aos dez vereadores que têm aqui da base do governo federal: ajudem, falem com o ministro Pimenta, falem com o Lula para mandar R\$ 5,1 mil para todas as famílias dos municípios afetados pela enchente. São 476 municípios. O governo anterior deu, lá na pandemia! E o motorista de Uber que perdeu o carro, que nem mora na área que foi alagada, como é que esse cara vai sobreviver, como é que ele vai se reerguer? É muito discurso. Porto Alegre já tem listados seis mil imóveis para venda, aptos à venda, e o governo federal não comprou nenhum, nenhum ainda, nenhum. São 33 dias já. Estão falando de as pessoas saírem do abrigo. Eu quero muito que elas saiam do abrigo, mas para ir para as suas casas. Eu confio muito no Presidente Lula, um homem sensível, foi trabalhador, sabe das dificuldades dos trabalhadores, e ele vai cooperar. Ele disse que ninguém ia ficar sem moradia, ele falou: “Ninguém vai ficar sem moradia”. Então, vamos acreditar que o Presidente vai comprar moradia para todos os que estão morando em abrigos, que, aliás, chegaram a 15 mil em Porto Alegre, todos bancados pelo governo municipal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h50min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Solicito, Sr. Presidente, que coloque em votação requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 118/20.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, ao PLCL nº 011/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 026/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O número um da Ordem do Dia, é uma moção de autoria Ver.^a Mônica Leal, que que eu assino junto, a Mesa também, assinam a Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Claudio Janta, Ver.^a Fernanda Barth, Ver.^a Comandante Nádia. Então, eu não posso presidir, vou pedir ao Ver. Hamilton Sossmeier que presida os trabalhos.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 073/24 – (Proc. nº 0395/24 – Ver^{as} Mônica Leal, Mari Pimentel, Comandante Nádia e Fernanda Barth e Vers. Mauro Pinheiro e Claudio Janta) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei nº 1915/2024, que altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e estabelece medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal destinadas a mitigar os efeitos econômicos e sociais decorrentes das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul em 2024”.(SEI 038.00059/2024-56)

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o [Requerimento nº 073/24](#). (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Mauro, vereadores e vereadoras, demais pessoas que nos assistem nesta sessão, eu, antes de entrar na moção, quero, Presidente Mauro, usar o tempo de liderança porque eu quero fazer uma manifestação antes, posso? Não, está bem. Então, entro direto na moção. Sobre a Moção

de Solidariedade ao [Projeto de Lei Federal nº 1.915/2024](#), para esse projeto que a moção foi criada aqui, com as assinaturas de vários vereadores. Ou seja, o Legislativo da capital tem como objetivo conceder medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal para a recuperação e o fortalecimento dos setores de turismo, de cultura, eventos, *shoppings*, restaurantes, bares, no Estado do Rio Grande do Sul, em razão dos prejuízos causados pelas históricas enchentes ocorridas no ano de 2024. É importante observar que esse incentivo preserva o emprego e a renda das pessoas, das famílias naquela linha: salvar empregos, salvar empresas, pois ele garante a continuidade das atividades empresariais. Trata-se de um primeiro movimento real para se promover a recuperação econômica. Então, esse projeto propõe que sejam zerados quatro impostos federais durante cinco anos, são estes os impostos: contribuição social sobre lucro líquido; Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Programa de Integração Social – PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep; Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. É muito importante que o nosso Legislativo fique atento ao que está sendo votado em nível federal. Os municípios precisam disso, uma vez que a economia de muitos está parada. Nós sabemos que este é um tempo muito difícil para empreendedores da nossa região, então sabemos que, por consequência natural, a roda parou de girar – a roda é a economia –, o empresário precisa de fôlego, de sustentação, pois é ele quem cria as condições de emprego para milhares de pessoas, por consequência natural, famílias estarão seguras com esse incentivo. Portanto, é inegável a importância desse projeto, bem como do nosso apoio como parlamentares da capital do Rio Grande do Sul. Nossa economia precisa ser restaurada de forma segura e eficiente, os gaúchos precisam dessa ajuda, os gaúchos precisam ver este movimento através da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul. Toda essa nossa ajuda, vidas dependem disso, conto com o apoio dos colegas vereadores, afinal, se fizemos um movimento em Porto Alegre, no Legislativo da capital, através do governo do Município, nada mais natural que façamos esse mesmo movimento apoiando um projeto em nível federal. Obrigada.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Presidente Hamilton, gostaria de registrar presença.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Registro a presença do Ver. Moisés Maluco do Bem.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Hamilton Sossmeier dirigindo os trabalhos neste momento, colegas vereadoras, vereadores, Ver. Mauro, Ver.^a Mônica, nós temos que, sim, debater, mas eu gostaria que a gente começasse com o que eu li nesta manhã no grupo de vereadores. Falaram a palavra diálogo. Eu quero diálogo, eu tento dialogar, mas há projetos de lei que são demarcatórios, tem gente que às vezes, da minha

posição, faz proposições demarcatórias. Cada um tem o direito de fazer o que acha necessário fazer, porque aqui o Parlamento é o lugar de livre manifestação. Eu pergunto o seguinte: As senhoras e senhores acompanharam a Medida Provisória nº 1.216? Eu já falei para o Mauro, estou passando para o vereador-presidente todas as explicações sobre os financiamentos. O [Pronampe – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte](#) – com base na 1.216, que não é o Pronampe tradicional, tem 40% de subsídio, prazos em vez de 12 meses, 24 meses, alargamento do pagamento. Isso é uma ajuda real, o sujeito não vai pagar juros, não pagará juros e correção, porque tem 40% de subsídio. O governo já decidiu, mas tem gente que não lê, não quer saber. A suspensão temporária dos contratos, pergunto ao Ver. Janta: o Sindec e o Sindilojas já fizeram o seu acordo coletivo? (Pausa.) Já fizeram um acordo, mas o pessoal não quer a simples suspensão, não basta a suspensão. A suspensão já foi dada, a demanda do Rio Grande do Sul, assinada pelas principais entidades; é o subsídio de três meses e não a suspensão de três meses. Qual é a diferença? Na suspensão, o sujeito pode ficar em casa. Não, nós queremos as pessoas no trabalho, por isso que nós reunimos essa semana com o Ministério do Trabalho e Emprego. Eu participei da reunião com o Sindilojas, CDL, Sindha, Abrasel, associação do mercado, Siticepot, etc. e tal. Foi ao Mercadante, do BNDES, e teve uma reunião segunda de tarde com os técnicos do BNDES para que a gente tenha um outro Pronampe para resolver o problema dos pequenos, dos médios e dos grandes, porque tem muitas indústrias que precisam de muito financiamento. Vocês sabem o que é colocar de pé uma padaria no Mercado Público? Não é R\$ 150 mil, não é R\$ 300 mil; é muito mais – Ver.^a Mari, que é uma pessoa que entende de economia e de empreendimento –, é R\$ 1 milhão, é R\$ 1,2 milhão. Então, o Pronampe Catástrofe – e estive na origem da sua redação –, cuja redação pediu quatro anos de carência e dez para pagar, e está sendo analisado. Mas já estão liberadas, com base na MP nº 1.216, todas essas questões, inclusive do juro zero, porque tem um subsídio de 40%. E ninguém falou, mas eu vou falar: os aeroportos estão sendo colocados em funcionamento porque o ex-presidente da ANAC, Milton Zuanazzi, está aqui no Ministério agora há três dias só trabalhando essa questão; já o fazia de Brasília. Vamos ter aeroportos funcionando, e aqui vai demorar, porque só de equipamentos, Ver. Robaina, só de equipamentos foram R\$ 80 milhões com a água, as bombas não funcionaram, e tudo está estragado. Portanto isso aqui não é um encaminhamento propriamente dito; é um esclarecimento a que eu tenho direito, como vereador que sou do PT, sou da base do Lula e me orgulho de ser lulista desde o nascimento do PT. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Hamilton, colegas, quero dizer que eu fico muito feliz, Ver.^a Mônica, de poder assinar essa moção junto com a senhora e com outros vereadores que a subscrevem, porque quem quer efetivamente a melhoria, a reconstrução do nosso Rio Grande do Sul, da nossa Porto

Alegre, por óbvio que vai assinar essa moção e vai ser favorável a essa moção de apoio ao incentivo daqueles que precisam, neste momento, que nós os apoiemos. Mas vamos lá, eu fico impressionada com as narrativas que aqui são feitas e que são tão desconectadas, porque, durante a pandemia que o presidente Bolsonaro estava à frente do Brasil, a pandemia da covid era “fica em casa, não trabalha”. Agora, eu vejo o vereador do PT subir aqui nesta tribuna e dizer que, por conta da enchente: “vai trabalhar”. Gente, sejam coerentes no mínimo, ou vocês acham que a gente é ingênuo, burro ou que não entende o que vocês querem fazer: politicagem de última linha. Todos os movimentos têm política envolvida. Agora é muito bonito ficar cobrando só do governo municipal enquanto o governo estadual, que eu digo, tenho pena do governador Eduardo Leite, porque foi raptado dele a possibilidade de governar, com toda a força que ele teria do povo gaúcho, pelo ministro Pimenta, que está aqui agora tomando conta do nosso Rio Grande do Sul. Aliás, foi tomar conta lá em Brasília, e volta e meia vem aqui. Quarta vez que o presidente Lula sobrevoa o Rio Grande do Sul. Lindo! Gastando combustível, vereador, podendo botar esse dinheiro aqui na mão dos gaúchos, dos empresários. Quero dizer para os senhores que no ano passado o PIB subiu 3% – conversava antes com o Ver. Tiago – e a dívida pública subiu 3%, ou seja, esse governo gasta tudo que o brasileiro coloca de bom nos cofres públicos. Um governo que gosta de esbanjar bastante, um governo que quer o arroz “Tia Janja” – porque tem o Tio João – é o arroz “Tia Janja” que está vindo por aí. Mas aí vem aqui a vereadora do PCdoB cobrar só do Município; cobre do federal, do seu Presidente, vereadora. A Maria do Rosário votou contra a anistia do Rio Grande do Sul, mas quer ser prefeita de Porto Alegre! Que engraçado, para uns é um peso, para outros, outro peso; pesos e medidas são díspares, é muito interessante. Agora a extrema esquerda caviar, gosta de um caviar, gosta de uma bolsa Louis Vuitton, gosta de um tênis da All Star e seja lá o que for, gosta do que é do bom do melhor, mas nós precisamos do bom e do melhor também para as pessoas que perderam tudo. Nós precisamos estar aqui apoiando empresários, e essa lei de incentivo ao empresariado vem em bom tom, vem no bom momento. E é óbvio que todos leram aqui a [Medida Provisória nº 1.216](#) – ninguém é analfabeto –, 40% de subsídio. Muito bem, não faz mais nada do que a obrigação, mas os 60% o empresário vai ter que pagar. É dar de um lado e tirar do outro. Eu acho realmente que as narrativas da extrema esquerda caviar são muito boas, mas nem eles aguentam ter que defender um governo que governa só para o seu umbigo. E eu não vi ainda nenhum dos colegas do PT, do PSOL e do PCdoB virem aqui nesta tribuna dizer que o arroz importado é melhor do que o arroz gaúcho. Eu quero ver quem defende essa barbárie, quem defende tantas outras coisas que esse desgoverno quer enfiar goela abaixo. Nós somos gaúchos, não aceitamos cabresto, povo aguerrido que tem força e vai reconstruir o Rio Grande do Sul, apesar do Lula e seus puxadinhos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Registro a presença da deputada estadual Bruna Rodrigues. Seja muito bem-vinda, deputada.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 072/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Lula, devolve o que é nosso. Repito que não que desta vez ele tenha roubado, mas devolve o que é do povo, devolve o que é o imposto que pagamos. Na verdade, isso é difícil porque o Lula já é pior que o SARS-CoV-2 para a nossa economia. O governo Lula bateu gastos nominais de R\$ 1 trilhão e 80 bilhões aproximadamente, sendo que o SARS-CoV-2 da Covid19 nos legou uma dívida de pouquinho mais de R\$ 1 trilhão. A Ver.^a Nádia citou aqui um dado que é público, 3% de crescimento do PIB de um lado, 3% do crescimento da dívida pública do outro. É como você pegar aquelas réguas que a gente liga o computador e o carregador de celular e ligar nela mesma, ou seja, não adianta você crescer de um lado o PIB, se do outro você cresce a dívida, mas esse é o jeito da esquerda governar, não falha um. Aliás o Ver. Oliboni subiu aqui e disse a respeito de governos de direita: o Paulo Guedes liberal de direita merece um prêmio Nobel de economia pela resposta que o governo Bolsonaro deu, economicamente, na pandemia, e esse é o objeto dessa moção de apoio do [Projeto Perse](#) e também de apoio à manutenção de renda, de emprego. A direita, Ver. Oliboni do PT, respondeu, e repito, é digna de um prêmio Nobel com reconhecimento internacional, aliás. Como é a resposta da esquerda – PT, PCdoB, PSOL, os puxadinhos todos do presidente Lula? Casas populares no Vale do Taquari, em setembro de 2023. Sabem quantas foram terminadas? Zero, é só olhar para a imprensa, é só ir para o Vale do Taquari para ver que esse blá-blá-blá da esquerda, do PT não funcionam. A Prefeitura informa que já empenhou praticamente R\$ 350 milhões na mitigação da catástrofe, mas o Lula mandou R\$ 64; não repõe nem os R\$ 80 milhões a menos que arrecadamos no mês de maio. A Maria do Rosário – que Deus nos livre, quer ser prefeita de Porto Alegre – votou contra o perdão de três anos da dívida do Rio Grande do Sul, aliás, emenda de um eleitor de Porto Alegre, deputado federal Marcel Van Hattem. Essa senhora, que nem sujar o All Star sujou, que foi dar tapinha nas costas dos garis como resposta à catástrofe, votou contra perdoar dívida e o dinheiro ficar aqui na aldeia. Qual o programa de renda contínua que o PT fez? Está mandando R\$ 5 mil, tudo bem você, compra uma geladeira e uma cama de solteiro, mas e renda contínua? E não venha com Bolsa Família, porque o Bolsa Família é importante, mas não adianta você botar alguém que tem renda de R\$ 10 mil no Bolsa Família, isso não é programa de renda contínua.

E, por fim, o arroz “Tia Janja”. Esse arroz “Tia Janja”, calcula a Federasul, a Federarroz, enfim, R\$ 400 milhões de prejuízo para o Rio Grande do Sul entre ICMS e entre a renda para quem produz e quem vende arroz. Já para comprar o arroz “Tia Janja”, quebrado e de segunda, mais de R\$ 1 bilhão, passa quase dos R\$ 2 bilhões. Por isso, o NOVO encaminha favoravelmente essa moção, lamentando termos um governo de esquerda que não responde como deveria, e repito: Lula, devolva o que é nosso. Devolva o dinheiro do nosso imposto. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, eu vou fazer uma intervenção aqui, porque eu estava escutando os vereadores do NOVO, vereadores que defendem, no plano nacional, também acho que a Ver.^a Mônica, eu não sei, todos os vereadores que usaram a palavra aqui, mas que reivindicam que o governo federal dê importantes recursos para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu concordo, eu defendo que o Estado do Rio Grande do Sul necessita de muito investimento, mas muito mesmo, de investimento estatal. E eu vou brigar por isso, vou demandar do governo federal que ele garanta muitos recursos. Creio que o governo acertou ao suspender o pagamento da dívida durante dois anos, também o pagamento dos juros, foi uma medida importante. Foi insuficiente, mas foi importante. O ideal seria já não ter o pagamento, nenhum pagamento, mas essa luta que nós estamos fazendo, que eu vou fazer, como militante, como líder do PSOL, como dirigente do PSOL, é uma luta importante. Mas eu também não queria deixar de explicar para a opinião pública, para as pessoas que assistem à TVCâmara que os principais partidos políticos que ajudam a constranger o governo federal, para que o governo federal não faça investimentos pesados no Rio Grande do Sul, são justamente os partidos políticos dos vereadores que vêm aqui dizer que o governo Lula não está garantido os recursos. Porque são esses partidos que, no Congresso Nacional, tratam de obstruir, tratam de impedir que nós tenhamos, no Brasil, um plano de desenvolvimento econômico que não tenha que ser um plano submetido aos interesses do sistema financeiro. O governo federal, infelizmente, está sendo o tempo inteiro chantageado pelos partidos políticos no Congresso Nacional. Partidos políticos, em primeiro lugar, o NOVO, mas não só o NOVO, não é só o NOVO que defende que não se pode ter nem o mínimo aumento do déficit fiscal. O Brasil é um país que tem um déficit de 2% do produto interno bruto, 2%, e eu acredito que o déficit público, no Brasil, deve sim aumentar. Deve aumentar, porque, se não aumentar o déficit público, não tem como garantir os recursos do Rio Grande do Sul, porque não existe outra forma de garantir recursos quando nós estamos falando que tem um déficit público. Exceto que, como defende um partido como o NOVO, mas não só o NOVO, que a gente corte recursos do Sistema Único de Saúde, que a gente corte recursos da educação pública, que a gente corte recursos de técnicos, de enfermeiros, de professores, é só assim. Como o NOVO defende isso... Bem, na verdade partidos como o NOVO defendem ajustes neoliberais, que significam ajustes que, em última instância, atacam os interesses do serviço público. São partidos como esse que defendem — aí, nesse caso, acompanhados pelo MDB, pelo prefeito Sebastião Melo — o desmonte de empresas estatais para privatizar as empresas estatais.

Então, eu quero observar isso, porque nós estamos sim defendendo que nós tenhamos recursos para o Rio Grande do Sul. Mas para que nós tenhamos recursos mais vultosos para o Rio Grande do Sul, é muito importante quebrar a força do sistema financeiro. É muito importante. Eu acho que o governo Lula não faz esforços nesse sentido, porque a lógica do governo Lula é uma lógica que aceita uma política de colaboração de classes, que aceita, portanto, o peso na economia nacional, no domínio da política nacional e da economia nacional pelo sistema financeiro. Mas é muito importante

a gente mostrar aqui que os partidos que demandam recursos do governo federal, esses partidos tradicionais da burguesia, são os primeiros partidos que sabotam, no plano nacional, qualquer política de desenvolvimento, qualquer política que ataque os interesses do sistema financeiro, dos bancos, que não querem que o Rio Grande do Sul receba os recursos necessários. Isso é o que eu gostaria de deixar claro. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Sr. Presidente em exercício, comandando os trabalhos, Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Durante o ano passado e início deste ano, eu não votei em várias proposições nesse sentido, ou seja, moção. Nós exageramos no ano passado. Mas essa moção, defendendo o pequeno, o micro e o médio empresário, nós somos obrigados a votar a favor, porque o Rio Grande atravessa nos 447 municípios dos 497, uma crise sem precedentes em nosso Estado, e que o governo federal tem que entrar. Na primeira oportunidade, o Presidente Lula veio a Santa Maria achando que não era nada, que era invenção dos gaúchos, e no outro dia já voltou. Em seguida, a proporção foi tão grande que ele tomou conhecimento através da mídia, que toda a mídia do Brasil veio ao Rio Grande do Sul presenciar, mostrar ao Brasil inteiro a tragédia que nós estávamos atravessando e ele começou a se interessar. Mas nós precisamos para o micro, pequeno e médio, muitas vezes, a fundo perdido. Isso é uma devolução de dinheiro ao Rio Grande do Sul, que pagou, Ver. Tiago. Isso é fundo perdido, não pode. Vai no banco, é zero, não é zero não, tem o *spread* lá que tem que pagar 3% a 4%. É essa realidade que o empresário notou, o micro, o pequeno e o médio, principalmente, de que é uma chantagem do governo federal, que diz que é juro zero. Não é juro zero, tem que pagar o *spread* do banco, que chega a 3%, a 4%. É não reconhecer a grandeza do Rio Grande do Sul, o maior produtor de arroz deste País, o sexto maior PIB do Brasil. Nós somos grandes produtores. E olha que eu nem falei aqui, Ver.^a Mônica, do agronegócio, que esse é *know-how*, nós temos o melhor agronegócio do País em organização, que gera emprego, renda, deste Estado e deste País. Então eu vou votar a favor porque essa moção é fundamental. E fico contente, eu já notei aqui, eu conheço tanto o Ver. Robaina, que quando ele quer bater ele fica efusivo, ele vai para cima, agora ele estava contido. Eu já quero até prever, Ver. Tiago, Ver. Ramiro, que não dou três ou quatro meses e o Robaina vira contra este governo, como fizeram quando eles eram “puxadinho”. Eles vão virar “puxadinho” de novo. O PCdoB até se mandou daqui, eles não estão defendendo com aquela ênfase forte, Ver.^a Nádia, como defendiam anteriormente. Eles já não estão levando mais confiança neste governo, é muita retórica, muita promessa, muito discurso e não sai nada deste governo. Vamos votar fortemente essa moção para mostrar que nós precisamos valorizar aqueles que trabalham e que criam renda e emprego neste País. O Rio Grande do Sul é forte nesse sentido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, grande Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras que acompanham a nossa sessão nesta tarde. A moção que nós estamos discutindo e vamos votar favoravelmente... (Palmas.)

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Votar favoravelmente. É algo que nos surpreende, porque, Ver.^a Mônica, valorizar os técnico-científicos sempre foi uma ação da esquerda. Quem valoriza o servidor público é a esquerda. Para a direita caiu a ficha agora e apresenta uma moção para valorizar os técnico-científicos. Nós sempre valorizamos, sempre valorizamos. Então, nobre Ver.^a Mônica, é algo surpreendente quando vem algo da direita para valorizar os técnico-científicos. Se é do quadro, se é do quadro dos servidores. Se a direita valorizasse, tinha concurso público, não tinha o desmonte do DMAE, não tinha a extinção do DEP, não tinha a privatização da Carris, não tinha a entrega da Corsan, não tinha a entrega da CEEE, a Equatorial, e assim por diante. Mas vejam só que o discurso que permaneceu aqui foi: o governo federal não faz isso, não faz aquilo. Eu vou dizer aos senhores e às senhoras o que o governo federal está fazendo para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul. São R\$ 174 milhões para o pagamento em auxílio reconstrução, dando R\$ 5,1 mil para os cidadãos atingidos; R\$ 15 bilhões do fundo social para financiamento de empresas atingidas, para compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Mais de 1.100 toneladas de alimentos entregues através de 52 mil cestas básicas, totalizando R\$ 8,4 milhões. A compra de 95 mil cestas básicas, somando mais R\$ 22,2 milhões. Saque calamidade, FGTS – isso foi público e a maioria acabou buscando esse recurso. Disponibilização dos imóveis da União para serem transformados em moradia; os governos do Estado e do Município não fizeram isso, estão vendendo os imóveis. São R\$ 22 milhões para alimentação escolar, limpeza e reparos de escolas atingidas pela enchente. Suspensão do pagamento dos juros da dívida do Estado, e só isso representa mais de R\$ 4 bilhões. Doze hospitais de campanha no Rio Grande do Sul, aqui em Porto Alegre, dois. Foram 4,9 mil toneladas de doações transportadas pelos Correios. São R\$ 62,5 bilhões de recursos para financiamentos para as pequenas, médias e grandes empresas. A mim parece que os vereadores não leem os jornais, os jornais estão aí escancarando todo dia o que de fato o governo federal está fazendo. E o que os governos do Estado e do Município não estão fazendo, porque nós votamos agora na última segunda-feira o auxílio do Município de Porto Alegre para que os cidadãos atingidos recebam, por um determinado tempo, R\$ 1 mil, mas até agora ninguém recebeu. É isso que a população está indignada: estão voltando para casa e não têm sequer um *kit* de limpeza para poder fazer a limpeza. As pessoas estão limpando suas casas. As casas estão

vazias, a enchente levou tudo. E o governo municipal o que está fazendo? Dando cestas básicas? Mas o governo federal está dando muito, os cidadãos estão doando como nunca, são carretas e mais carretas chegando a Porto Alegre. A Defesa Civil... Muitas delas têm um questionamento que nós temos que ver a respeito das doações, pois estão dizendo por aí que estão sendo dirigidas para alguns locais que, na verdade, não estariam sendo credenciados. Nós temos que perceber que agora é o momento de união, sim, como os próprios prefeitos e o próprio governador disseram, que o momento é de união. A união é quando alguém consegue repartir o pão. É isso aí, consegue colocar recurso do Estado, do Município, mas até agora não vimos nada. É essa a questão, por isso, Ver.^a Mônica, estamos contigo na moção, sempre valorizando os servidores, porque esse é o dever do Estado. É dever do Estado valorizar os servidores. Se assim acontecesse em Porto Alegre, não tinham extinto o DEP, não tinham acabado com a CEEE, não tinham entregue a Carris, essa que é a grande verdade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Hamilton, que preside esta sessão, demais vereadores, público que nos assiste; como presidente, a gente fala pouco da tribuna, mas vou aproveitar que nós assinamos, junto com a Ver.^a Mônica Leal e demais vereadores, essa moção, uma moção de apoio e solidariedade para que se estabeleçam medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal para mitigar os efeitos econômicos e sociais decorrentes das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul. Esse é um apelo que a gente faz principalmente ao governo federal, não só em relação a essa moção, esse projeto. O Rio Grande do Sul passa por uma situação de calamidade talvez nunca vista no nosso País, e neste momento difícil, o que se espera de um governante é que busque ajudar ao máximo a nossa cidade e o nosso Estado.

Uma das questões que já foi aprovada aqui nesta Casa, de minha autoria com o apoio de todos os vereadores, é em respeito à folha de pagamento das empresas. Nós sabemos o quanto é difícil aquela pessoa que é empresário ou aquela que tem uma pequena empresa e que sabe o quanto é difícil empreender no nosso País, no momento em que se perde tudo, principalmente o pequeno e o médio empreendedor, que muitas vezes reside no mesmo bairro em que tem o seu negócio, ele perdeu tudo: perdeu a sua casa e perdeu o seu estabelecimento, a sua empresa, e tem três, quatro ou cinco funcionários. Ele vai chegar no final do mês, além de ter que pagar os impostos que vão chegar, o aluguel do prédio, de ter que pensar no restabelecimento da sua casa, porque ele perdeu tudo, e ainda vai ter que pagar o salário dos seus funcionários, dos seus colaboradores. O que o governo federal está esperando que até agora não apresentou uma medida para que os colaboradores dessas empresas possam receber seus salários? Nós precisamos com urgência uma medida federal de pagamento de salários dos colaboradores, das pessoas que trabalham nas pequenas, nas médias e nas grandes empresas. Eu não consigo entender como o governo federal, que diz que é um governo

que defende trabalhadores, até agora não se preocupou em pagar o salário dos trabalhadores. Não estou pedindo dinheiro para os empresários, estou pedindo dinheiro para os trabalhadores que trabalham nessas empresas. Cadê a sensibilidade do governo que defende trabalhadores e que não paga o salário dessas pessoas? As empresas no Rio Grande do Sul, boa parte delas, estão quebradas, Presidente da República! Está na hora de ajudar a erguer este Estado, esta cidade! Não basta dizer que defende, tem que ter ações positivas de defesa aos trabalhadores, esta é a hora, Presidente Lula, mostre que o senhor defende trabalhadores, ajude o Rio Grande do Sul, ajude, assim como foi na pandemia, só que foi para o País inteiro. Qual é a medida que vai ser tomada pelo governo federal de ajuda a essas pessoas que perderam as suas casas e perderam seus empregos? Chega de reuniões, precisamos de atitudes! Todo o Estado do Rio Grande do Sul está precisando. Quando mais precisamos de ajuda, o governo federal importa arroz, que é um dos principais produtos da produção agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. Nós precisamos de ajuda, não precisamos de concorrência com os nossos produtos, Sr. Presidente da República! Ajude este Estado! Nós precisamos, Presidente Hamilton, de diálogo, mas nós precisamos de ação. O governo municipal está trabalhando com o que tem, o governo do Estado com o que tem, mas nós sabemos que os recursos estão no governo federal. Agora é a hora de demonstrar que o Rio Grande faz parte do Brasil e de receber ajuda federal para resolver os problemas. Já se passaram mais de 30 dias, está mais do que na hora. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Registradas as presenças da Ver.^a Fernanda Barth, da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Jonas Reis.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 073/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Um grande publicitário uma vez disse: “uma mentira contada mil vezes vira verdade”. Isso foi parar na boca de Adolf Hitler, mas não foi ele que falou, foi um grande publicitário que falou isso. O que se vê aqui é muita publicidade. Dizer que o governo federal liberou o saque do FGTS, isso aí é enganar as pessoas; o governo liberou o dinheiro das pessoas, do fundo de garantia das pessoas, que foi constituído para quando a pessoa ficar desempregada ter um recurso para reiniciar sua vida. O governo não fez nenhum movimento para garantir emprego até agora. A grande notícia do governo é a liberação de R\$ 15 bilhões do Fundo Social. Só que o Fundo Social não dá os R\$ 15 bilhões para a indústria e para o comércio do Rio Grande do Sul; o Fundo Social empresta os R\$ 15 bilhões. E para a União emprestar os R\$ 15 bilhões, tem que ter uma contrapartida do Estado e do Município. Então, para chegarem, vamos botar 20% dos R\$ 15 bilhões em Porto Alegre, para chegarem R\$ 3 bilhões em Porto Alegre, o governo do Município terá que dar uma contrapartida, e essa contrapartida não baixa de 15%. De onde é que o governo vai tirar dinheiro do Município de Porto Alegre? Falou bem o Ver. Cassiá Carpes, não precisava ser os R\$ 15 bilhões, poderia ser a metade a fundo perdido para reconstruir o Estado, para

reconstruir os empregos, porque, se não reconstruir rápido os empregos, nós não teremos mais a possibilidade de as empresas virem para o Rio Grande do Sul. E aqui eu discordo, o governo gosta muito de dar dinheiro para banqueiro e o governo gosta muito de dar dinheiro para multinacional. Nós estamos falando de economia local, essa tragédia que assolou mais de 400 municípios do Rio Grande do Sul é maior do que a covid. Hoje o Presidente Lula está em três regiões atingidas, o que o Presidente Lula vai ver nessas três regiões atingidas? Terra, terra, terra. Talvez veja algum alicerce de alguma construção mais antiga, mas vai ver terra arrasada. Nós, a capital de todos os gaúchos, apesar de todas as dificuldades que estamos tendo, de tudo que está acontecendo, ainda temos estruturas funcionando, em que pese, é o caso desta Casa. Mas cidades como Muçum e toda a região, não tem prefeitura, não tem câmara de vereadores, não tem igreja, não tem hospital e não tem uma loja funcionando, uma indústria funcionando e não tem um boi, um porco ou uma galinha nas propriedades rurais, porque tudo isso foi levado pela água. Nós estamos falando de recurso real para essas pessoas, não o empréstimo que, daqui a pouco, eu tenho que pagar. E, se o governo não sabe como é que funciona a economia, hoje, o Rio Grande do Sul deve ter caído cinco pontos nas análises financeiras em função do que aconteceu aqui, da instabilidade que hoje existe no Estado do Rio Grande do Sul. Desafio as pessoas: tentem arrumar um carro para alugar no Rio Grande do Sul, tentem; perderam-se quase todas as frotas de carros alugados. Só para dar um exemplo. Tentem comprar alguns produtos, ou as pessoas aqui não vão no supermercado e não enxergam as gôndolas todas vazias? Aí tu chegas em setores em que é um saquinho só na frente, porque não está chegando o produto no Rio Grande do Sul. Isso é pior que a covid. Na covid, a gente chegava no supermercado, o mercado estava lotado; na covid, nós não podíamos receber as pessoas, mas nós podíamos entregar comida, entregar produtos, entregar roupas, uma série de coisas que hoje se perderam pela água. Nós estamos falando em reconstrução, nós estamos falando em devolver a dignidade de um pai de família, nós estamos falando de devolver a dignidade das pessoas. Tem lugares que só vão ter aula talvez no ano que vem; tem lugares que as pessoas vão ter, com certeza, até o ano que vem, que procurar ajuda médica em outro município. É isso que nós estamos a falar, que o nosso Estado foi devastado, o nosso Estado foi destruído, sucumbiu o Estado do Rio Grande do Sul, e nós precisamos de dinheiro real na mão dos empreendedores, na mão dos trabalhadores, na mão dos governos, municipal e estadual, não promessa de futuro. Isso aqui não é a bolsa de valores, que vive de futuro, nós vivemos da realidade do momento e do agora. É importantíssimo aprovar essa moção que leva para o Congresso Nacional uma política de fato de entrega de recursos para o Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpa por me alongar um pouco.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Consulto se mais algum vereador vai encaminhar a moção, não há mais vereadores inscritos. Em votação o Requerimento nº 073/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Parabéns, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Mauro Pinheiro e demais autores.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apegoo justificativa de falta do Ver. Jonas Reis, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na reunião sobre o sistema de prevenção contra enchentes de Porto Alegre, Ministério Público de Contas, em Porto Alegre – RS, no dia 27 de maio de 2024, às 14h.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h44min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *